

Desenvolvimento rural da região sudoeste da Bahia: uma análise a partir de índices¹

Rural development of the southwest region in Bahia State: an analysis based on indexes

Andréa da Silva Gomes²
Mônica de Moura Pires³
Valdilene Moreira Almeida⁴
Patrícia Lopes Rosado⁵
Paulo Roberto Pinto Santos⁶
Abel Rebouças São José⁷

Resumo: O desenvolvimento rural da região sudoeste da Bahia é marcado por fortes disparidades. Nesse sentido, partiu-se do panorama atual a fim de compreender os fatores que contribuem para identificar o grau de desenvolvimento do meio rural tomando-se essa região como referência para análise. Adotou-se como método o Índice de Desenvolvimento Rural (IDR), composto por quatro índices. Constatou-se que os municípios com piores índices de desenvolvimento rural possuem população predominantemente rural, menores densidades demográficas e produção agropecuária com baixo valor agregado. As localidades próximas a municípios com maior contingente populacional apresentaram os melhores resultados. O Território de Identidade Itapetinga apresenta os melhores índices. O índice de bem-estar social se revelou como a variável-chave de maior peso na determinação do desenvolvimento do meio rural das regiões analisadas.

Palavras-chave: IDR; território de identidade; ruralidade.

Abstract: The rural development of southeastern Bahia is marked by fortress differences. In this sense, we started with the current situation in order to understand the factors that contribute to the changes in rural areas by taking the region as a benchmark for analysis. It was adopted as method the index of Rural Development (IDR), composed of four indexes. It was found that the municipalities with the worst rates of regional development are largely rural population, lower population densities and agricultural production with low added value. The towns near the cities with the highest overall population showed the best results. The Identity Territory Itapetinga, Bahia, Brazil, provides the highest rates. The index of social welfare has proved to be the variable key with the greatest force in determining the development of rural regions analyzed.

Keywords: IDR; Identity Territory; rurality.

JEL: O18, P25.

¹ Artigo recebido em março de 2010 e aprovado em maio de 2010.

² Professora Adjunta do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Ilhéus/Bahia. E-mail: asgomesbr@yahoo.com.br

³ Professora Titular do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Ilhéus/Bahia. E-mail: mpirez@uesc.br

⁴ Economista do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Ilhéus/Bahia. E-mail: vaalmoreira@gmail.com

⁵ Professora Adjunta do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Ilhéus/Bahia. E-mail: patriciarosado@yahoo.com.br

⁶ Professor Titular do Departamento de Fitotecnia e Zootecnia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista/Bahia. E-mail: psantosautomatic@gmail.com

⁷ Professor Titular do Departamento de Fitotecnia e Zootecnia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista/Bahia. E-mail: abeljose3@gmail.com

Introdução

Os debates que permeiam o conceito de desenvolvimento rural vêm ocupando espaço em trabalhos acadêmicos e discussões nas instituições de ensino e pesquisa no Brasil e no mundo. Isso ocorre porque o conceito de “desenvolvimento rural” é dinâmico e não há um consenso, apesar da concordância em se destacar a melhoria do bem-estar das populações rurais como objetivo final desse desenvolvimento.

Para Schneider e Blume (2004), a noção de desenvolvimento rural é bastante ampla e diferencia-se de desenvolvimento agrícola. Enquanto o desenvolvimento agrícola relaciona-se com crescimento, modernização e dinamização da agricultura, o desenvolvimento rural abrange aspectos territorial, populacional, social, ambiental e econômico. Nesse sentido, conceituar desenvolvimento rural é complexo, existindo diferentes perspectivas teóricas de abordagem. Esses autores, porém o definem como:

Processo que resulta das ações articuladas, que visam induzir mudanças socioeconômicas e ambientais no âmbito do espaço rural para melhorar a renda, a qualidade de vida e o bem-estar das populações rurais. Dadas as especificidades e particularidades do espaço rural, determinadas pelos condicionantes sociais, econômicos, edafoclimáticos e tecnológicos, o desenvolvimento rural refere-se a um processo evolutivo, interativo e hierárquico quanto aos seus resultados, manifestando-se nos termos dessa complexidade e diversidade no plano territorial (SCHNEIDER; BLUME 2004, p. 94).

Para Kageyama (2004a), há uma inegotabilidade na discussão a respeito de desenvolvimento rural, entretanto diz que tal conceito deve combinar o aspecto econômico (aumento do nível e estabilidade da renda familiar) e o aspecto social (obtenção de um nível devida socialmente aceitável), além disso, a diversificação das atividades que geram renda (pluriatividade) é o aspecto fundamental na trajetória desse desenvolvimento.

Inseridos nesse contexto, é relevante a distinção conceitual entre rural e urbano posto que a visão dicotômica do rural como imagem de atraso e do urbano com o progresso, não prevalece nos debates atuais. Na posição defendida por Silva (1999), o rural é entendido como o *continuum* do urbano do ponto de vista espacial, e em relação às atividades econômicas, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com atividades industriais, e o rural com atividades agropecuárias.

No Brasil, a delimitação do urbano e do rural está alicerçada na Lei do Perímetro Urbano, Decreto-Lei 311 de 1938, criada no Governo de Getúlio Vargas. De acordo com essa Lei, toda sede de município (cidade) e de distrito (vila) são considerados como urbano, e o rural àquilo que não é urbano. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) adota o critério político-administrativo no censo e na contagem da população.

Diante dessas questões que envolvem a dicotomia rural e urbano, este estudo analisa o processo de desenvolvimento rural dos municípios da Região Sudoeste da Bahia, tomando-se como base de análise os Índices de Desenvolvimento Rural, a fim de comparar o grau desse desenvolvimento dos municípios inseridos nessa região.

2. Aspectos metodológicos

De acordo com Veiga (2004), o conceito de ruralidade é complexo e multissetorial, assim a construção de índices é relevante, pois permite analisar as similaridades e diferenças dos espaços geográficos.

Para Kageyama (2004a) o desenvolvimento rural pode ser evidenciado a partir dos conceitos de multissetorialidade e multifuncionalidade. Multissetorial por “se referir a uma base territorial, local ou regional, na qual interagem diversos setores produtivos e de apoio” (KAGEYAMA, 2004a, p. 72). Quanto ao aspecto multifuncional esse se baseia nas diferentes funções desempenhadas no meio rural (produtiva, populacional e ambiental).

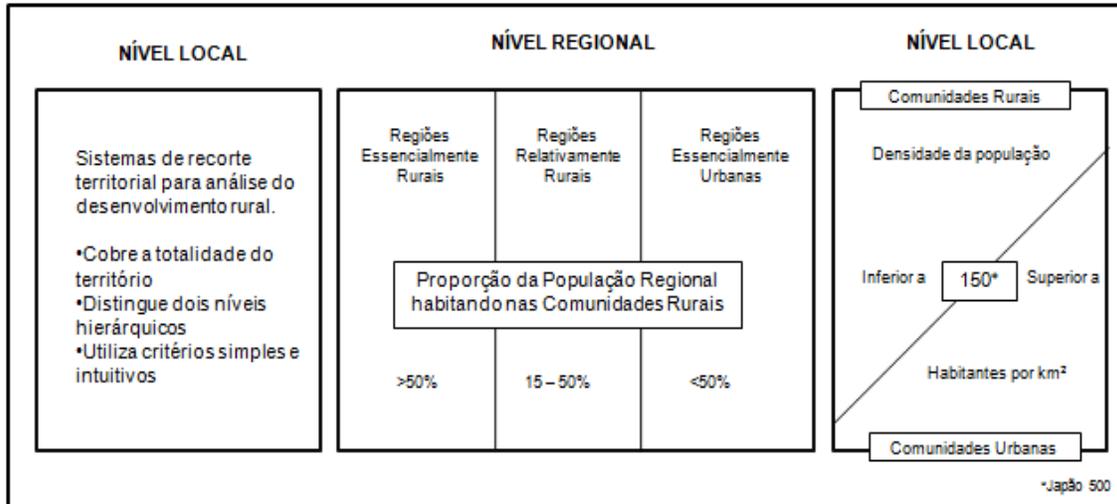
Para Abramovay (2001) o crescimento e a interiorização das grandes e médias cidades podem proporcionar o desenvolvimento de novas atividades e valorizar atributos do meio rural que muitas vezes são desconsiderados. Portanto:

É fundamentalmente da renda urbana que depende o dinamismo rural: não só daquela constituída por mercados consumidores anônimos, distantes e destinatários de commodities, mas, sobretudo da que se volta ao aproveitamento das virtudes mais valorizadas no meio rural, como a produção territorializada de qualidade, a paisagem, a biodiversidade, a cultura e certo modo de vida. O pressuposto aí é que o meio rural justamente não se “urbanize”, mas que ele tenha, ao mesmo tempo, um conjunto de organizações que planejem o aproveitamento econômico de atributos que os mercados convencionais dificilmente serão capazes de revelar (ABRAMOVAY, 2001 p. 3)

Muitas dessas análises se assentam no conceito de território. Para a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) existem dois níveis hierárquicos quanto à metodologia territorial: o nível local e o nível regional (Figura 1). O nível local representa as unidades administrativas, distritos, municípios ou condados, dependendo do país observado. Para delimitar o recorte entre urbano e rural, adota-se o critério de densidade demográfica pela sua fácil compreensão e operacionalização. Dessa forma, todas as unidades locais com densidade inferior a 150 hab/km² são classificadas como unidades locais rurais e acima desse valor como unidades locais urbanas. Em nível regional, compreendem-se como unidades territoriais aquelas superiores as definidas como locais. Com base nesses limites, são definidas três categorias de regiões: as essencialmente rurais, as relativamente rurais e as essencialmente urbanizadas (ABRAMOVAY, 2000).

A partir desse recorte territorial, é possível analisar o desempenho de uma determinada região com o auxílio de alguns índices elaborados pela OCDE que descrevem fatores econômicos, demográficos, sociais e ambientais que auxiliam em uma avaliação do desenvolvimento rural.

Figura 1 – Sistema de recorte territorial e seus critérios de classificação.



Fonte: OCDE (1994, p.26 apud SCHNEIDER e BLUME, 2004, p.118).

Neste trabalho, adotou-se o Índice de Desenvolvimento Rural (IDR), de acordo com Kageyama (2004b), para classificar e comparar os municípios em termos de desenvolvimento rural. Esse índice abrange aspectos econômicos, sociais, ambientais e populacionais.

O IDR é obtido a partir da média aritmética simples de quatro outros índices: Índice de População (IPOP), Índice de Bem-Estar social (IBES), Índice de Desenvolvimento Econômico (IDE) e Índice de Meio Ambiente (IMA), sendo calculado da seguinte forma:

$$\text{IDR} = (\text{IPOP} + \text{IBES} + \text{IECO} + \text{IMA}) / 4 \quad (1)$$

Cada índice é derivado de um conjunto de variáveis padronizadas e seu valor varia em um intervalo de zero a um. Valores próximos a zero indicam que a unidade geográfica possui fraco nível de desenvolvimento, valores próximos a um indicam desenvolvimento mais dinâmico. A decomposição de cada índice do IDR foi feita da seguinte forma:

a) Índice de População (IPOP)

Este índice reflete o dinamismo populacional, que é medido pela densidade demográfica, isolamento das áreas rurais e oportunidades de estabelecimento de redes sociais. O cálculo do índice foi realizado a partir das variáveis expostas no Quadro 1.

Quadro 1 - Variáveis selecionadas para o cálculo do IPOP

Índice	Descrição da variável	Cálculo	Fonte dos dados
Índice Populacional (IPOP) = (a+b+c+d)/4	Densidade demográfica (a) (padronizada)*	Quantidade de habitantes das áreas rurais por Km ² .	Censo demográfico do IBGE
	População rural (b) (padronizada)*	Taxa de crescimento da população rural entre os anos de 1991 e 2002	Censo demográfico do IBGE
	Proporção da população rural no município (c)	Relação entre população rural e total da população do município	Calculada a partir do Censo demográfico do IBGE
	População de migrantes (d)	Proporção da população total do município de outros municípios	Calculada a partir do Censo demográfico do IBGE

Fonte: Adaptado de Kageyama (2004b).

*A padronização consiste em uma transformação algébrica para que o índice varie no intervalo de zero a um. Essa transformação a seguinte razão: (valor da variável – mínimo)/(máximo – mínimo).

b) Índice de Bem-Estar Social (IBES)

O IBES refere-se ao bem-estar dos residentes nas áreas rurais. Para calcular o IBES, foram selecionados índices associados a equipamentos habitacionais (sanitário e energia elétrica) e de educação (Quadro 2).

Quadro 2 - Variáveis selecionadas no cálculo do IBES

Índice	Descrição da variável	Cálculo	Fonte dos dados
Índice de Bem-Estar Social (IBES) = (e+f+g)/3	Domicílios com instalação sanitária (e)	Proporção de domicílios rurais com instalação sanitária	Censo demográfico do IBGE
	Domicílios com instalação de energia elétrica (f)	Proporção de domicílios rurais com instalação de energia elétrica	Censo demográfico do IBGE
	Alfabetizados (g)	Proporção de indivíduos com 10 anos ou mais alfabetizados	Censo demográfico do IBGE

Fonte: Adaptado de Kageyama (2004b).

c) Índice de Desempenho Econômico (IECO)

Esse índice é uma medida de análise da renda, do Produto Interno Bruto (PIB) agropecuário, da variação de emprego em estabelecimentos agropecuários e dos índices de produtividade da lavoura. O cálculo do índice está representado no Quadro 3.

Quadro 3 - Variáveis selecionadas para o cálculo do IECO

Índice	Descrição da variável	Cálculo	Fonte dos dados
Índice de Desempenho Econômico (IECO) = $(h+i+j+k)/4$	Renda (h)	Renda domiciliar per capita nos domicílios rurais (padronizada)*	Calculada a partir do Censo Agropecuário IBGE
	PIB Agropecuário (i)	Percentual do PIB da agropecuária (padronizada)*	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI
	Produtividade do trabalho na agricultura (j)	Valor da produção agropecuária do município/número de pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários (padronizado)*	Calculada a partir do Censo Agropecuário IBGE
	Varição de empregos em estabelecimentos agropecuários (k) (padronizada)*	Razão entre a diferença de empregados em estabelecimento rural entre 1996 e 2006, pela população de 1996	Calculada a partir do Censo Agropecuário IBGE

Fonte: Adaptado de Kageyama, 2004b.

*A padronização consiste em uma transformação algébrica para que o índice varie no intervalo de zero a um. Essa transformação é o quociente $(\text{valor da variável} - \text{mínimo})/(\text{máximo} - \text{mínimo})$.

d) Índice de Meio Ambiente (IMA)

Esse índice destaca as variáveis relevantes para o desenvolvimento rural no âmbito das questões que envolvem a preservação e conservação ambiental. Nas regiões onde predomina a monocultura e uso excessivo de adubos químicos, defensivos e outros, infere-se que há maior degradação do solo, implicando em riscos ao meio ambiente, o que indica valores do IMA mais próximos de zero. Por outro lado, valores próximos a um, significam diversificação agrícola e impactos ambientais locais menores. O Quadro 4 descreve as variáveis selecionadas para o cálculo deste índice

Quadro 4- Variáveis selecionadas para o cálculo do IMA

Índice	Descrição da variável	Cálculo	Fonte dos dados
Índice de Meio Ambiente (IMA) = $(l+m)/2$	Monocultura (l)	Prática de monocultura = 0 Ausência de monocultura = 1	Calculada a partir do Censo Agropecuário IBGE
	Conservação do solo (m)	Razão entre o total de estabelecimento que adota práticas de conservação do solo pelo total de estabelecimentos agropecuários.	Calculada a partir do Censo Agropecuário IBGE

Fonte: Adaptado de Kageyama, 2004^a.

Na região estudada, predominam os cultivos de café e pastagens plantadas. Assim, adotou-se o pressuposto de que se área ocupada com lavoura de café for igual ou superior a 40%⁸ da área total dos estabelecimentos agropecuários, ou que a área

⁸ Apenas um município apresentou valor relevante para área com lavoura de café, assim utilizou-se como medida o maior valor da amostra.

com pastagem plantada for igual ou superior a 30%⁹ da área total dos estabelecimentos agropecuários, infere-se que a monocultura é a prática dominante.

Após o cálculo de cada índice componente do IDR de cada município, fez-se o agrupamento por território de identidade. A última etapa foi classificar o desenvolvimento rural em crítico, regular e ótimo, conforme Quadro 5.

Quadro 5 - Classificação do desenvolvimento rural de acordo com o valor do IDR em quartis

Quartil	IDR	Desenvolvimento rural
1º.	Valor $\leq 0,27$	Crítico
2º.	$0,27 < \text{Valor} \leq 0,40$	Regular
3º.	Valor $> 0,40$	Ótimo

Fonte: Elaborado pelos autores.

O patamar de desenvolvimento rural do município ou território é classificado em crítico, regular e ótimo. A situação crítica indica o pior nível de desenvolvimento. Em termos de política são localidades que necessitam de ações em todos os aspectos do processo de desenvolvimento do meio rural. A situação regular indica que esse desenvolvimento precisa ser melhorado, assim é importante identificar os aspectos mais deficientes em termos de desenvolvimento de forma a priorizar ações que dinamizem tais aspectos. Quando se identifica uma situação ótima, refere-se àquele desenvolvimento rural que atingiu patamar desejável em quase todos os aspectos analisados neste trabalho.

Para classificar as áreas analisadas em rurais, adotou-se o critério da OCDE em que regiões onde mais de 50% da população vivem em localidades rurais são consideradas essencialmente rurais; relativamente rurais quando esse percentual encontra-se entre 15% a 50% da população total em áreas rurais e essencialmente urbanas se menos de 15% da população reside em áreas rurais. Considera-se área rural se a densidade populacional é inferior a 150 habitantes por km².

3. Área de estudo e fonte dos dados

Neste estudo são analisados 39 municípios (Figura 2) pertencentes à Região Econômica do Sudoeste da Bahia, sendo, de acordo com a SEI: Anagé, Barra do Choça, Belo Campo, Boa Nova, Bom Jesus da Serra, Caatiba, Caetanos, Cândido Sales, Caraíbas, Cravolândia, Encruzilhada, Firmino Alves, Ibicuí, Iguai, Irajuba, Itambé, Itapetinga, Itaquara, Itarantim, Itiruçu, Itororó, Jaguaquara, Jequié, Lafaiete Coutinho, Lajedo do Tabocal, Macarani, Maiquinique, Manoel Vitorino, Maracás, Mirante, Nova Canaã, Planaltino, Planalto, Poções, Potiraguá, Ribeirão do Largo, Santa Inês, Tremedal, Vitória da Conquista.

⁹Para estipular o percentual para área com pastagem plantada, considerou-se o valor médio de 23,01, incorporando-se a utilização das terras que pode ser com pastagens, lavouras temporárias e permanentes, chegando assim ao valor aproximado de 30%.

4. Resultados e discussão

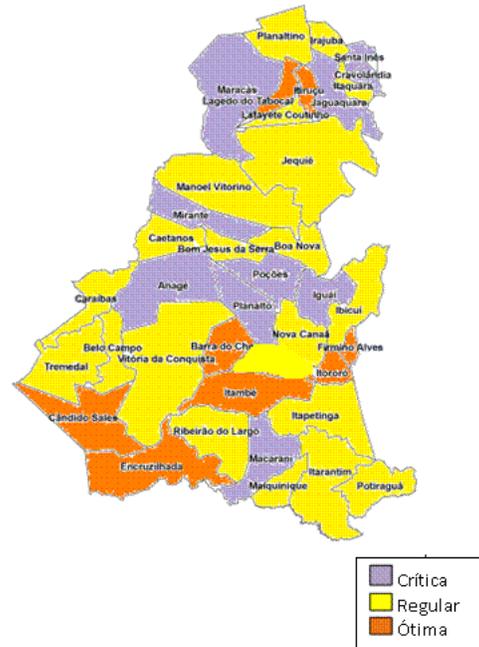
Em termos gerais, observa-se que a área geográfica mais ao sul da região Sudoeste apresenta os melhores índices de desenvolvimento (Figura 3). Nessa região predomina a pecuária e a lavoura de café, que são atividades com maior rentabilidade do capital e valor da produção agropecuária. Além disso, há maior densidade demográfica e melhor infra-estrutura física e de serviços.

Por outro lado, apesar de Vitória da Conquista e Jequié apresentarem as economias mais dinâmicas da região sudoeste da Bahia, nos municípios situados entre o seu eixo predomina a pobreza rural, resultante de condições edafoclimáticas restritivas no que se refere ao desenvolvimento de atividades agropecuárias que propiciem melhor remuneração do capital. Com isso, reproduzem-se índices de produtividade menores comparativamente a outras localidades da região analisada. Ademais há dificuldade de acesso a informações como crédito rural, assistência técnica, infra-estrutura e vias de escoamento da produção.

Os municípios que apresentaram resultado “crítico” estão geograficamente localizados ao norte, como Santa Inês e Maracás, e na região central, Anagé, Mirante, Poções e Planalto, municípios em que predominam clima árido ou semi-árido, baixos índices pluviométricos, poucas vias de escoamento da produção e de difícil acesso, além de grandes áreas sem energia elétrica.

Quando se analisa o IDR por território de identidade, o de Itapetinga é aquele em que o desenvolvimento rural apresenta-se mais uniforme, pois 58% dos municípios possuem índices regulares e 25% ótimo. O Território de Identidade Vitória da Conquista ocupa a segunda posição, em que 50% dos municípios possuem índices regulares e 21% ótimo. Por outro lado, o Território de Identidade Vale do Jequiriça é o que apresenta maior percentual de municípios em situação crítica de desenvolvimento rural (40%). Já no Território de Identidade Médio Rio das Contas, todos os municípios situam-se em patamar regular de desenvolvimento no meio rural.

Figura 3 – Classificação do desenvolvimento rural dos municípios do Sudoeste da Bahia de acordo com os valores do IDR



Fonte: Dados da pesquisa.

Analisando-se desagregadamente o IDR (Tabela 1), verifica-se que à exceção do Território Médio Rio das Contas, o IBES apresenta os maiores valores entre os demais índices componentes. Assim, pode-se inferir que melhores condições infra-estruturais (acesso a energia elétrica condições sanitárias) e nível educacional, influenciaram mais fortemente para maior valor do IDR. O acesso a energia elétrica, por exemplo, implica em índices de produtividade da lavoura mais elevados em função do seu uso na irrigação. Quanto à educação, percebe-se que quando os indivíduos do meio rural têm acesso à educação isso proporciona maior fixação do homem no campo, o que acaba afetando positivamente, também nas condições sanitárias, e, conseqüentemente na sua condição vida.

Tabela 1 - Média do IDR e dos índices que o compõe, por Território de Identidade e Região Sudoeste da Bahia, 2008

Território de Identidade	Índices				
	IDR ¹	IPOP ²	IBES ³	IECO ⁴	IMA ⁵
Itapetinga	0,36	0,25	0,49	0,28	0,42
Vale do Jequiriça	0,32	0,24	0,48	0,31	0,26
Vitória da Conquista	0,34	0,36	0,39	0,30	0,33
Médio Rio das Contas	0,33	0,30	0,34	0,16	0,51
Região Sudoeste	0,35	0,29	0,44	0,29	0,36

Fonte: Elaborada a partir de dados do IBGE (2008).

Nota: ¹Índice de desenvolvimento rural; ²Índice populacional; ³Índice de bem-estar social; ⁴Índice econômico; ⁵Índice ambiental.

Quanto ao IMA, observou-se que o Território Rio das Contas apresenta o melhor resultado, o que identifica uma agricultura mais diversificada e oriunda da

agricultura familiar. Esse índice foi aquele que impactou mais positivamente no valor final do IDR desse território.

Comparando-se os valores dos territórios com a média da Região Sudoeste, observa-se que apenas o Território de Identidade Itapetinga apresenta valor do IDR superior ao dessa região (Tabela 1).

5. Território de Identidade Itapetinga

Nesse Território, 25% dos municípios encontram-se em situação “ótima”, 58% “regular” e 17% em situação “crítica”. Dos 12 municípios analisados, destacam-se em situação de desenvolvimento classificado como ótimo os municípios de, Itambé (0,48), Itororó (0,46) e Firmino Alves (0,43), sendo o IBES determinante no valor final desse IDR (Tabela 2). Saliencia-se que nesses municípios predomina a pecuária, evidenciando tal atividade rural na remuneração do capital. Por outro lado, os municípios de Iguai (0,22) e Macarani (0,25) apresentam o IDR mais críticos, resultante da forte presença da monocultura. Nesses municípios existem extensas áreas ocupadas com pastagem, indicando devastação das matas e, conseqüentemente, impactos negativos sobre o meio ambiente. No território, dos 996 mil hectares de área, quase 90% estão ocupadas com pastagens naturais e plantadas (CENSO AGROPECUÁRIO, 1996).

Tabela 2 - IDR e índices componentes dos municípios do Território de Identidade Itapetinga, Bahia, 2008

Municípios	Índices				
	IDR ¹	IPOP ²	IBES ³	IECO ⁴	IMA ⁵
Caatiba	0,40	0,48	0,36	0,24	0,50
Firmino Alves	0,43	0,23	0,54	0,44	0,50
Ibicuí	0,40	0,17	0,48	0,45	0,50
Iguai	0,22	0,30	0,35	0,22	0,01
Itambé	0,48	0,35	0,63	0,38	0,54
Itapetinga	0,38	0,16	0,63	0,20	0,52
Itarantim	0,32	0,10	0,43	0,24	0,50
Itororó	0,46	0,28	0,51	0,53	0,50
Macarani	0,25	0,14	0,58	0,26	0,01
Maiquinique	0,34	0,13	0,48	0,24	0,50
Nova Canaã	0,38	0,33	0,34	0,33	0,51
Potiraguá	0,40	0,35	0,56	0,19	0,50
Média do Território	0,37	0,25	0,49	0,31	0,42

Fonte: Elaborada a partir de dados do IBGE (2008).

Nota: ¹Índice de desenvolvimento rural; ²Índice populacional; ³Índice de bem-estar social; ⁴Índice econômico; ⁵Índice ambiental.

O município de Itarantim apresentou o pior resultado para o IPOP, em função da pouca densidade demográfica (9,49 hab/km²), decréscimo de 38% da população rural e pequena população rural, menos de 30%. As condições climáticas, secas prolongadas, acabam expulsando o homem das áreas rurais na busca por melhores condições de vida.

Quanto ao IBES, o município de Nova Canaã apresentou o menor índice desse Território, resultante da conjunção de reduzido número de domicílios com energia

elétrica e de pessoas alfabetizadas. Com relação ao IECO, Potiraguá apresenta o menor valor.

De acordo com a classificação da OCDE, esse Território é classificado como “Relativamente Rural”, pois cerca de 30% dos habitantes residem na área rural.

6. Território de Identidade Vale do Jequiriça

No território do Vale do Jequiriça predomina municípios em situação “crítica” e “regular”, apenas 20% dos municípios encontram-se na condição “ótima”. Destaca-se o município de Itiruçu com o maior valor de IDR (Tabela 3), resultante dos valores alcançados pelo IBES e IMA.

Tabela 3 - IDR e índices componentes dos municípios do Território de Identidade Vale do Jequiriça, Bahia, 2008

Municípios	Índices				
	IDR ¹	IPOP ²	IBES ³	IECO ⁴	IMA ⁵
Cravolândia	0,25	0,23	0,44	0,21	0,11
Irajuba	0,37	0,25	0,51	0,22	0,52
Itaquara	0,31	0,30	0,52	0,37	0,04
Itiruçu	0,50	0,25	0,67	0,48	0,60
Jaguaquara	0,26	0,31	0,42	0,29	0,04
Lafaiete Coutinho	0,35	0,18	0,41	0,29	0,53
Lajedo do Tabocal	0,46	0,26	0,53	0,46	0,60
Maracás	0,20	0,21	0,28	0,24	0,06
Planaltino	0,35	0,19	0,40	0,28	0,52
Santa Inês	0,22	0,13	0,50	0,25	0,01
Média do Território	0,33	0,23	0,47	0,31	0,30

Fonte: Elaborada a partir de dados do IBGE (2008).

Nota: ¹Índice de desenvolvimento rural; ²Índice populacional; ³Índice de bem-estar social; ⁴Índice econômico; ⁵Índice ambiental.

Em relação ao IPOP, a situação mais crítica é encontrada no município de Santa Inês, especialmente pela densidade demográfica (30,96 hab/km²) e praticamente estagnação do crescimento da população do meio rural entre os anos de 1991 e 2000.

O município de Maracás foi o que apresentou o IBES menor, decorrente de fraco acesso a energia elétrica e pouco número de pessoas alfabetizadas na área rural. Para o IECO o município de Cravolândia apresentou o pior resultado, com pontuação mínima para a variável renda. Quanto ao IMA, a área ocupada com pastagens predomina em Santa Inês, comprometendo o valor do índice.

No território Vale do Jequiriça a lavoura é caracteristicamente temporária, com ênfase nos cultivos de tomate. Na classificação da OCDE, esse território é “Relativamente Rural”, pois dos 142.305 habitantes, aproximadamente 35% residem na área rural.

7. Território de Identidade Vitória da Conquista

Nesse Território foi possível encontrar municípios com desenvolvimento rural “crítico” (29%), “regular” (50%) e “ótimo” (21%). Os municípios que apresentaram maiores valores de IDR (Tabela 4), foram Encruzilhada, Barra do Choça e Cândido Sales (74% da produção de mandioca do Sudoeste da Bahia), em que predomina a lavoura do café. O fator que proporcionou tal condição está fortemente associado às condições infra-estruturais (IBES) e proximidade a vias de escoamento da produção. Observa-se também valores relevantes para o IMA, exceção para Barra do Choça, pois nesse município há pouca diversificação, sendo a cafeicultura a principal atividade agrícola do meio rural, 88% da produção de café em grão da região sudoeste da Bahia (IBGE, 2009).

Tabela 4 - IDR e índices componentes dos municípios do Território de Identidade Vitória da Conquista, Bahia, 2008

Municípios	Índices				
	IDR ¹	IPOP ²	IBES ³	IECO ⁴	IMA ⁵
Anagé	0,17	0,29	0,24	0,13	0,00
Barra do Choça	0,47	0,56	0,60	0,58	0,13
Belo Campo	0,39	0,35	0,45	0,26	0,51
Bom Jesus da Serra	0,38	0,36	0,31	0,36	0,50
Caetanos	0,33	0,35	0,23	0,23	0,50
Cândido Sales	0,43	0,20	0,55	0,44	0,54
Caraíbas	0,36	0,35	0,30	0,29	0,51
Encruzilhada	0,50	0,47	0,50	0,37	0,65
Mirante	0,22	0,45	0,27	0,17	0,00
Planalto	0,27	0,23	0,49	0,29	0,08
Poções	0,24	0,32	0,30	0,29	0,05
Ribeirão do Largo	0,40	0,37	0,32	0,38	0,54
Média do Território	0,34	0,36	0,39	0,30	0,33

Fonte: Elaborada a partir de dados do IBGE (2008).

Nota: ¹Índice de desenvolvimento rural; ²Índice populacional; ³Índice de bem-estar social; ⁴Índice econômico; ⁵Índice ambiental.

Em relação ao IPOP, o município de Cândido Sales apresenta a menor pontuação em função da redução da população rural entre os anos de 1991 e 2000, em 18% e fraca densidade demográfica (22 hab/Km²).

Quanto ao IBES, Caetanos apresenta o menor valor, pois as condições infra-estruturais são precárias, a exemplo de acesso a energia elétrica e condições sanitárias do meio rural. Para o IECO e IMA, Anagé possui os piores índices, tanto no Território como na Região Sudoeste da Bahia, decorrente da fraca produtividade do fator trabalho e de extensas áreas com pastagens, especialmente criação de caprinos e ovinos, além de lavouras temporárias como os cultivos de feijão e mandioca e frutíferas como a manga, porém em pequena escala, e práticas inadequadas de conservação do solo. Ademais, a população tem pouco acesso a educação, saúde e infra-estrutura local.

Esse é o território mais rural de todos os analisados, quase 41% da população reside nessa área, o que o classifica como “relativamente rural”, de acordo com a OCDE. O município mais urbano é Vitória da Conquista, sendo um pólo de comércio e serviços para os municípios circunvizinhos.

8. Território de Identidade Médio Rio das Contas

Nesse Território, observa-se pouca diferença entre os IDR. Dos três municípios analisados, Boa Nova apresenta o maior valor (Tabela 5), resultante do IMA e IPOP, pois a população é predominantemente rural, destacando-se os pequenos cultivos de cana-de-açúcar e banana e pequenas criações de bovinos e caprinos. A baixa produtividade das lavouras e as variações negativas de empregos na agropecuária entre 1996 e 2006 impactaram negativamente o índice econômico. Jequié é o município mais urbano, apenas 11,48% da população reside na área rural.

Tabela 5 - IDR e índices componentes dos municípios do Território de Identidade Rio das Contas, Bahia, 2008

Municípios	Índices				
	IDR ¹	IPOP ²	IBES ³	IECO ⁴	IMA ⁵
Boa Nova	0,37	0,47	0,32	0,17	0,51
Jequié	0,31	0,20	0,41	0,12	0,52
Manoel Vitorino	0,30	0,22	0,29	0,20	0,50
Média do Território	0,33	0,30	0,34	0,16	0,51

Fonte: Elaborada a partir de dados do IBGE (2008).

Nota: ¹Índice de desenvolvimento rural; ²Índice populacional; ³Índice de bem-estar social; ⁴Índice econômico; ⁵Índice ambiental.

Manoel Vitorino apresenta fraca pontuação para quase todos os índices exceto IMA (0,50). Nesse município, tem-se a menor densidade demográfica, 7,00 hab/km².

Esse Território, segundo a OCDE é “relativamente rural”, dos 184.553 habitantes, 23% residem na área rural. Excluindo o município de Jequié com uma população de 147.202 habitantes, a região seria considerada “essencialmente rural”.

Considerações finais

Observaram-se os melhores índices de desenvolvimento rural nos municípios em que predominam a pecuária e a lavoura de café, em função da forte relação com a remuneração do capital. Dessa forma, a pouca pluriatividade nos estabelecimentos rurais analisados indicam uma tendência à monocultura na trajetória de desenvolvimento rural. Tal assertiva é complexa quando se pensa no fator conservação do solo e da manutenção de sistemas agrícolas mais diversificados que beneficiam sobremaneira a qualidade do solo.

Nos municípios situados em localidades mais inóspitas (seca, difícil acesso, pouca infra-estrutura) o processo de desenvolvimento rural é muito fraco. Além disso, verificou-se que mesmo municípios pólo como Vitória da Conquista e Jequié, em que o nível de urbanização é mais elevado, as áreas rurais são fracamente dinamizadas, refletindo nos municípios que circundam esse eixo.

Em geral, os municípios que apresentaram uma situação “crítica” têm como perfil uma população predominantemente rural, pouca densidade demográfica e produção agropecuária de baixo valor agregado. Todos esses fatores afetam fortemente a renda do produtor e, conseqüentemente, os índices econômicos e de bem-estar social.

O índice contempla simultaneamente quatro aspectos diferentes do desenvolvimento, dessa forma nem sempre se observa que tal classificação configure-

se na realidade da condição do meio rural. Mesmo assim, verificam-se poucas discrepâncias com a realidade observada. O uso do IDR constitui-se em um mecanismo para adoção de políticas públicas que possam sustentar o desenvolvimento rural em bases mais sólidas especificamente porque se deve considerar a forte interação desse meio com as cidades e seu entorno.

Referências

ABRAMOVAY, R. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. IPEA, Texto para discussão nº 702, Rio de Janeiro, 2000.

CENSO AGROPECUÁRIO 1996. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://ibge.gov.br>. Acesso em: 10 jan. 2009.

IBGE. Contagem da população. 2. Ed. Rio de Janeiro, 2008. 138 p.

KAGEYAMA, A. Mudanças no trabalho rural no Brasil, 1992-2002. Agricultura São Paulo, v.51, n. 2, p. 71-84, jul./dez. 2004a.

_____. Desenvolvimento rural: conceito e medida. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.21, n.3, p. 379-408, set/dez. 2004b.

OCDE. Organisation de Coopération et de Développement Économiques. Indicateurs territoriaux de l'emploi : le point sur le développement rural. Paris, OCDE, 1996.

SCHNEIDER, S; BLUME, R. Ensaio para uma abordagem territorial da ruralidade: em busca de uma metodologia. Revista Paranaense de Desenvolvimento, n. 107, p.109-135. Curitiba, jul/dez- 2004.

SILVA, J. G. O novo rural brasileiro. Campinas, UNICAMP, Instituto de Economia, (Coleção Pesquisas, 1), 1999.

VEIGA, J. E. Destinos da ruralidade no processo de globalização. Texto apresentado no Seminário da Rede Iberoamericana de Investigadores sobre Globalização e Território. Anais. Rio de Janeiro, 2004.